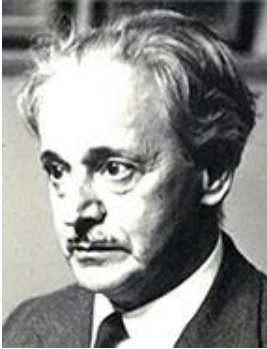


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



ALMEIDA, Francisco Lopes Vieira de (Castelo-Branco, 1888 – Cascais, 1962)

Com uma preparação doméstica para a obtenção dos graus do ensino primário, facultada pelo pai, funcionário do Ministério das Finanças, uma formação sequente no Liceu de Castelo Branco, licenciou-se em História, no Curso Superior de Letras, em 1910, com uma tese intitulada História (Significado e Função).

Neste exercício académico, em que exhibe logo um estilo assertivo, argumentativo e polémico que cultivará até ao fim, antevendo, provavelmente, a entrada no professorado, e tendo em consideração o processo de reforma em curso pelo recente regime republicano, fundamenta, do ponto de vista teórico, em termos de «valor intrínseco», «critério didático» e «valor pedagógico» (OF I, p. 10), uma proposta de estrutura curricular do ensino liceal da história. Esta, afastando-se deliberadamente do pendor nacionalista, orientada por uma conceção da história como conhecimento genético dos «factos-forças» que vêm impulsionando a vida coletiva da humanidade ao longo do tempo (OF, I, p. 24), começa pela Antiguidade Oriental, segue a cronologia das grandes épocas e só prevê a introdução da História de Portugal, de modo genérico, na quinta classe, para ser retomada, mais concretamente, na sétima e última (OF I, p. 61).

Depois de cinco anos de lecionação no liceu, ingressa, em 1915, na categoria de Assistente do grupo de História da instituição na qual se formou, para o que apresentou uma dissertação de concurso sobre A Equação da História. Com a aprovação da sua Tese de Doutoramento em Filosofia, em 1922, sobre A Impensabilidade da Negativa, transita, como Professor, para a secção de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, alcança a cátedra, em 1930, e exerce as funções de diretor de 1936 a 1940.

Ficou conhecido publicamente como autor de um ensaio intitulado «Dispersão do Pensamento Filosófico Português» (1943). Esse traço, relativo a um tipo-ideal, figura como hipótese, com alcance interpretativo, requerendo, assim, a posterior verificação casuística. Definindo-o a partir de três aspetos, «o pragmatismo vivido» (OF II, p. 469), «a convicção não sistemática» (OF II, p. 470) e «a liberdade de pensamento» (OF II, p. 471), fazia-o corresponder a uma certa maneira de filosofar, mais experiencial, a qual, em tempos de guerra, valorizava, contra o pendor excessivamente sistemático de outras filosofias nacionais, como a alemã, a seu ver, intolerante logo na pretensão a uma coerência exclusiva. Ainda que esta posição se confirme na crítica ao germanismo de Vleeschauwer, em «Do Pensamento Português» (1944), o seu sucesso resultou de um



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uso a contrario sensu pela intelligentia nacional, que a converteu em argumento comprovativo de um déficit pátrio de modernidade.

Introdutor da lógica formal em Portugal, desenvolveu uma metodologia argumentativa de desconstrução, em torno de problemas discretos, tendo como objetivos a eliminação das evidências pseudocientíficas ou pseudofilosóficas e a consolidação de uma epistemologia racional, de pendor idealista, que previa a inventividade e a progressão ensaística. Visava, desse modo, alterar o padrão da racionalidade dominante na sociedade portuguesa, reorientando-o para a objetividade científica contemporânea, também no que respeita à historiografia. Pela constante crítica dos transbordos metafísicos e das derivas substantivas em matéria científica, bem como pelo uso de autores neopositivistas, analíticos e pragmatistas, foi incluído na corrente positivista, equívoco que procurou desfazer em Pontos de Referência (1961), o seu «discurso do método» definitivo. Aí, clarifica a distinção entre positivismo como sistema, que constantemente criticou, como limite do conhecimento, critério a que recorreu regularmente, e como atitude positiva, «recusando sistema feito e limite estabelecido» (OF III, p. 188), que praticou e intentou disseminar. Os seus trabalhos sobre a epistemologia da história, vários deixados inconclusos com a promessa de uma retomada que não se verifica, ostentando uma diversidade de interlocutores (Bossuet, Voltaire, Hegel, Marx, Comte, Wundt, Poincaré, Herculano, Oliveira Martins, Renan, Eucken ou Toynbee, de entre tantos outros), comprovam-no cabalmente. Não obstante o caráter sistemático do questionamento, sempre orientado pelo valor da crítica e da positividade, revelam a sua recusa em alinhar por um sistema particular, desde logo o de Comte, dado o seu apoucamento da história (OF I, p. 19), ou produzir um que lhe fosse próprio.

Lecionou uma diversidade de áreas (históricas, filosóficas, sociológicas, psicológicas, pedagógicas), sobre as quais igualmente escreveu, polimatia facilmente identificável nos três volumes da Obra Filosófica, publicados pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1982, com dois importantes estudos introdutórios pelos editores, Joel Serrão e Rogério Fernandes. Neles se incluem os 9 principais trabalhos que dedicou, explicitamente, à teoria e filosofia da História, em dois períodos do seu percurso.

Um primeiro, inaugurado com a tese de licenciatura, publicada em 1911, estende-se pelo início da década seguinte, sendo interrompido com a mudança de secção, e inclui, para além dos dois textos já mencionados, os artigos, publicados na Revista de História: «O Sentimento Colectivo de Finalidade (Realidade – Dinamização Histórica)» (número de 1913-14); «Théorie de l'histoire» (em duas partes, em 1919 e 1920 e apresentado como súmula dos anteriores). Alguns escritos dispersos surgem ainda nessa década. Merece destaque a extensa crítica à obra D. Sebastião Rei de Portugal 1554-1558 de Antero de Figueiredo (1924), nomeadamente à sua defesa de uma «história poética», devendo sobrepor-se a qualquer versão científica ou filosófica, texto que constitui, em 1927, o primeiro contributo teórico para a revista Seara Nova. Numa proximidade significativa com António Sérgio, igualmente verificável noutros aspetos em que emergia o fundo reformador de cariz racional e idealista, como por exemplo a subsunção do interesse pelo passado à compreensão do presente, manifestava a sua preocupação pelo predomínio de uma historiografia



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

antirracionalista, assente na sentimentalidade e na licença para dela extrair juízos de valor tão absolutos, quanto ocos, que o sebastianismo revigorado favorecia. Selava, assim, a sua ligação ao movimento seareiro e aos seus mentores, depois de uma passagem breve pelo Integralismo Lusitano, cujo programa doutrinário se revelou incompatível com a fórmula individualista e cosmopolita do seu monarquismo.

Esta nunca foi desmentida, antes se consolidou pelo repúdio dos ímpetos totalitários, que atravessaram o século XX, da catástrofe bélica, provocada pelos Nazis, a cuja ascensão assistiu, por se encontrar na Alemanha em 1933, tendo mesmo testemunhado a queima de livros, bem como da ditadura do Estado Novo, contra a qual se ergueu. Essa oposição teve a sua máxima visibilidade em 1958, ano em que se envolveu no convite à vinda a Portugal do socialista Aneurin Bevan, valendo-lhe uma curta passagem pela prisão, e, sobretudo, na candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República, da qual foi o mandatário nacional. É provável que a tensão entre esse enviesamento para o espetro doutrinário dos opositores ao regime, a fidelidade a uma posição moderada, democrática e apartidária, orientada por valores iluministas, distante de ideais revolucionários, como os que identificava no marxismo, de cujo impacto temporal se apercebeu, mas que uma mole de argumentos, já plenamente formulados em *Paradoxos Sociológicos* (1948), sobre a contradição ínsita na ideia de materialismo dialético e a inviabilidade epistémica de se determinar um plano, uma legalidade ou, mesmo, uma qualquer direção na história (OF III, p. 291-292), ditava o afastamento, e a percepção de que as profundas alterações do pós-guerra traziam conspectos diferentes, justifique um renovado interesse pelas questões da historiografia. Este deu origem a um segundo período, na década de 50, com a publicação de «Le sens de l'histoire», na Revista da Faculdade de Letras, em 1953, a que se seguem: «Lições de História, Lições da História» (1959); «Simbolismo e História» (1960); «Razão – História – Ideal» (1961); «O Reverso» (1963, póstumo, portanto), todos publicados na Revista Ocidente.

Nestes textos dá-se, globalmente, um aprofundamento evolutivo dos grandes núcleos temáticos, da orientação metodológica e das perspetivas críticas que presidiram ao primeiro momento. Em tais desenvolvimentos, reflete-se a marca do contexto, por exemplo, na consideração de uma interpretação politizada da história, a partir do binómio tragédia-farsa, como duas linhas de uma mesma mitificação, resultante da substituição dos juízos de facto por juízos de valor, em que uma empola as misérias e a outra as grandezas (OF III, p. 307), ou na discussão do alcance instrutivo da história, que nega, distinguindo o que cabe ao conhecimento histórico e o que entra na moral ou na política, para só aceitar a possibilidade de haver lições de história (OF III, p. 522). Em linha com a denúncia inicial dos perigos de uma história patriótica, que considera favorecer ipso facto polaridades, ódios e guerras (OF I, p. 54), continua a manifestar uma grande preocupação com todas as formas de aliança entre historiografia e ideologia, que substituem os factos por símbolos e geram delírios sobre homens superiores e povos extraordinários (OF III, p. 593), pelo que, com tal renúncia à objetividade científica, encerram de belicismo e de despotismo.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Do mesmo modo, esses textos deixam supor o intuito de intervenção no debate historiográfico em curso, nacional, mas também internacional, para o que serviria de novo a língua francesa, com a rejeição de noções como tendência, «le nom donné par un procédé vulgaire d'objectivation, non plus au résultat probable mais à la probabilité (substantivée) du résultat» (OF III, p. 289), fator, «l'affaiblissement valoratif de celui de “causes”» (OF III, p. 293), ou ciclo, «transposition de “l'éternel retour” philosophique sur le plan historique et même scientifique» (OF III, p. 290). Nas três encontra, portanto, versões renovadas do uso do finalismo e do causalismo, duas matrizes explicativas cuja crítica ocupou grande parte da sua produção, por nelas supor uma visão de senso comum supra-histórica, incapaz de superar a tentação de hipostasiar e de ultrapassar os limites do conhecimento possível, determinando um obstáculo epistemológico maior ao desenvolvimento da historiografia científica.

Porquanto julga evidente que a condição humana é intrinsecamente histórica, de acordo com a orientação historicista do neokantismo, que também assoma em Historia como Sistema de Ortega y Gasset, o excedente da história-vida, relativamente à história-ciência, afigura-se uma inevitabilidade antropológica, que, do mesmo passo, forma uma condição fundamental do conhecimento histórico. Na medida em que, a seu ver, a historiografia, na base, depende dos vestígios da ação coletiva passada (ponto de partida necessário, nunca suficiente), tem como objeto o conhecimento factual, modo ideal de organizar a informação disponível e construir uma interpretação do mundo realizado, no que este foi, não no que poderia ou deveria ter sido, em si ou na vontade dos homens (etapa de objetivação inultrapassável, sem que, contudo, corresponda ainda ao padrão do conhecimento científico), e visa uma compreensão, propriamente científica, isto é, universal, relacional e funcional do dinamismo temporal, para o que tem inevitavelmente de gerar uma perspetiva construtiva, pois que «par la perspective donc et seulement par elle les faits acquièrent une signification et une valeur» (OF III, p. 286), não há maneira de fazer coincidir esse processo com uma determinação do sistema das causas ou dos fins. A história-vida manifesta-se como ação, isto é, como conjunto de relações entre acontecimentos, pelo que a história-ciência só pode ser construção de sentidos possíveis para conter a indeterminação e a contingência constitutivas, nunca desvelamento de uma ordem prévia, a qual, se existisse, implicaria a negação da historicidade. Como já estabelecia em «Théorie de l'histoire», c'est le monde réalisé et en train de se réaliser toujours qui nous importe et aucunement pas les entités que nous mettons en cause de la réalisation de ce monde» (OF I, p. 213).

À história científica, aplica-se, conseqüentemente, a consideração epistemológica de que «os princípios da ciência estão no mesmo plano da realidade científica a que servem de ponto de partida, isto é, não são transcendentais» (OF III, p. 220). Se a história-ciência contém a aspiração legítima de reduzir o hiato entre cognoscere e intelligere (OF III, p. 285), dando azo a uma filosofia da história, conforme ao que pensou ser o padrão epistemológico contemporâneo de uma «osmose científico-filosófica» (OF III, p. 258), só poderá realizá-la pelo fortalecimento do seu processo gnosiológico, gerindo adequadamente a fronteira com o adiáforo, na tríplice dimensão do desconhecido, do irrelevante, do irracional, de modo a oferecer um suporte



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

suficientemente sólido à procura de uma equação cuja fórmula subsuma a diversidade do vivido na abstração do concebimento, que não cabe confundir com uma qualquer previsão, epistemicamente inviável, do seu curso ou desfecho. No artigo de 1919-1920, essa correlação já estava enunciada de modo inequívoco: «a) Pour qu'il y ait une philosophie de l'histoire, il faut et il suffit que la science de l'histoire soit possible et commence à devenir réelle. Réciproquement, b) S'il y a une philosophie de l'histoire, il y a aussi, nécessairement, une science de l'histoire» (OF I, pp. 215-216).

O primeiro e principal contributo da filosofia diz respeito, por conseguinte, a esse esforço de racionalização das condições epistemológicas, seja pela análise dos conceitos fundamentais, seja pela determinação dessa lógica dos limites, pela qual, ao reduzir a extensão da cognoscível, se incrementa a intensão do conhecido e se abre a eventualidade de um nível superior de entendimento. Este, não obstante, deverá manter-se numa relação direta com o conhecimento adquirido, sem que pretenda substituir o que é possível conhecer, a partir desse rasto que é deixado pela ação humana, por uma metafísica da história. De uma tal tarefa colaborativa, para além do exercício crítico exposto, tomou para si a definição da escala requerida para que a história se torne plenamente ciência social e humana, de acordo com o padrão de cientificidade idealizado, o qual supõe, como indicámos, um saber abstrativo de relações complexas.

A amplitude do desígnio define-se imediatamente pela ideação filosófica da história na sua globalidade, sem que ignore a especificidade dos vários campos ou aproximações que possam vir a compô-la, mas recusando que essa contextura se ofereça como soma, em vez de síntese alcançada pela qualidade da perspetivação, ou que se privilegie a visão de «l'histoire de l'homme en quelque sorte du dehors» (OF III, p. 285), como ocorre quando se prefere à factualidade temporal, a estabilidade resultante da substantivação de «constantes históricas», como são, para si, arte ou a ciência. Também não se compadece com a estreiteza de noções como nacionalidade, tanto pelo que esta contém de localidade, como pelo que implica de atualidade, sendo uma formação recente, que, por conseguinte, não se adequa a outros contextos (OF III, p. 523). Em contrapartida, reconhece a importância de acolher o contributo de outras ciências. História do homem em ação (OF III, p. 282), portanto, assenta em quatro axiomas principais: «on pense en perspective dans le temps» (OF III, p. 286); «l'intelligence humaine est l'élément principal interne de l'évolution historique»; «l'évolution historique est orientée»; «les conditions de l'évolution historique sont intelligibles» (OF I, pp. 216-217). Apesar da generalidade do seu âmbito, distingue-se claramente do aspeto ontológico da história universal hegeliana, aproximando da feição transcendental do universalismo kantiano e dos referenciais de longa duração da Escola dos Annales, sem que se lhe refira ou aos seus teóricos mais proeminentes.

Como se depreende, a abertura da perspetiva temporal revela-se determinante, pois que as restrições equivalem a particularizações com as quais se perde inevitavelmente a capacidade de significação. Do mesmo modo, afigura-se fundamental evitar a confusão entre facto e acontecimento singular, para que se possa correlacionar facto e perspetiva, materializando o conhecimento num plano de efetuação suficientemente abstrato, denso, e, logo, maximamente englobante, pelo que lhe dedicou parte relevante da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

reflexão. Dado que lhe cabe garantir a passagem do vivido ao conhecido, oferecendo um enquadramento possível para a diversidade da informação, «o facto não será histórico, a não ser que deixe por qualquer forma de constituir somatório de particularidades para se traduzir em um dinamismo social qualquer» (OF III, p. 557). Em «Le sens de l'histoire», já introduzia, por isso, uma graduação entre três tipos de factos, que faz lembrar a divisão em acontecimento, conjuntura e estrutura, vigente no seio dos Annales «On pourrait considérer les faits avérés, singuliers, individuels et épisodiques [...], comme des faits du premier degré; les faits du deuxième degré seraient les termes d'une série d'éléments analogues, comme "les découvertes maritimes du seizième siècle»; enfin les faits complexes aux noms évocateurs, comme "renaissance", "féodalité", etc., formeraient l'ensemble des "faits du troisième degré"» (OF III, p. 287). Se os primeiros são indispensáveis e com os segundos se começa efetivamente a perspetivar e, logo, a conhecer, só os terceiros oferecem esse recorte relacional complexo, que permite justificar a posteriori, não só a arbitrariedade da seleção, como a aposta no poder epistémico da perspetiva adotada. Atendendo a que, recordamos, se trata de um artigo publicado em 1953, não é de excluir que tenha tido acesso a O Mediterrâneo de Fernand Braudel (1949) ou, pelo menos, a uma sua notícia detalhada.

Por fim, essa historiografia, ao centrar-se nas relações, não pode fixar-se na idiosincrasia, seja a da personalidade individual, seja a do coletivo, se este for equiparado a um indivíduo, ou num esquema de oposição entre os dois. Antes, impõe-se entender que «César est le nom anthropomorphique et idolâtre d'un ensemble de faits historiques» (OF III, p. 282), de tal forma que o que releva é o padrão de inteligibilidade obtido pela potenciação dos nexos e das séries. Apesar de ser perceptível o rumor do diálogo com múltiplas vozes da historiografia, incluindo algumas suas contemporâneas, levando, inclusive, a uma sucessiva revisão da definição de Wundt da qual partira, parece-nos prevalecer in fine o intuito de dar consistência epistemológica ao projeto kantiano de uma «história do ponto de vista cosmopolita». Este travejamento filosófico da teorização historiográfica, fazendo prevalecer a globalidade, se contribui para firmar a ideia de uma ciência histórica, pode levar, contudo, a que se torne menos visível o reconhecimento do efeito diferenciador dos contextos e das temporalidades, de que a prática da história não saberia alhear-se.

Esta eventualidade deixa-se notar no modo como entendeu o trabalho da história da filosofia, que levou a cabo nas introduções aos diversos textos que traduziu, de Platão a Schopenhauer, passando por Aristóteles, Agostinho de Hipona, Berkeley, etc., um extraordinário esforço de divulgação, que teorizou num breve artigo, publicado em 1956, na Revista Ocidente, com o título «Da História da Filosofia». Aí, retoma a ideia de uma história genética vocacionada para compreender regressivamente o progresso que determinou o presente, pelo que só valoriza o «conhecimento de factos e problemas actuais, ligados evolutivamente com a forma com que em tempo anterior eles foram resolvidos», excluindo qualquer interesse na «história externa de sistemas» (OF III, p. 355). Mesmo tratando-se de um domínio particular, em que a problematização teórica avulta, acaba por ficar à vista a tensão entre duas matrizes, que estrutura o seu pensamento sobre a história: uma orientada pela busca de um sentido para o devir, a outra comprometida com as condições

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

contemporâneas do trabalho historiográfico sobre o passado. Em ambas perpassa, contudo, a convicção de que, como pretendia Wundt, ao integrar-se no ser, o conhecimento opera uma transformação na realidade conhecida, pelo que, de alguma forma, o estudo do passado, na sua especificidade, reverteria sempre para a compreensão do presente.

Tendo vivido duas guerras mundiais, uma mudança nacional de regime, as vicissitudes da 1.^a República, a instalação de uma ditadura cujo fim não lhe foi dado conhecer, limitado pelas condições impostas à Universidade portuguesa e em polémica com as práticas intelectuais que nela prevaleciam, a irresolução desse dilema constitui, até um certo ponto, um imprevisto penhor de liberdade intelectual. O alcance da sua perspetiva epistemológica, no contexto nacional, reflete-se no modo como influenciou o entendimento historiográfico de académicos como Jorge Borges de Macedo e Vitorino Magalhães Vilhena, enquanto a envergadura intelectual e a camaradagem, sobressalientes na sua personalidade, com que integrava o coletivo dos opositores ao regime ditatorial, deixou a sua marca amistosa em figuras políticas como Mário Soares, como decorre do testemunho que deixou no fecho do volume comemorativo do centenário do seu nascimento.

Bibliografia activa: ALMEIDA, F., *Obra Filosófica*, 3 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Bibliografia passiva: AA. VV., *Vieira de Almeida – Colóquio do Centenário*, Lisboa, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, 1991; BERNARDO, L., *O Essencial sobre Vieira de Almeida*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008; Id., “Introdução ao problema do conhecimento em Pontos de Referência de Francisco Vieira de Almeida”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, II Série, vol. 29, Lisboa, CHC/Húmus, pp. 33-63; Id., «Almeida, Francisco Vieira de», Maria de Lourdes Sirgado Ganho (coord.), *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 29-33; Id., «Vieira de Almeida - Pontos de Referência (1961)», Maria de Lourdes Sirgado Ganho (coord.), *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 576-579; CAEIRO, F., «Almeida (Francisco Lopes Vieira de)», *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol.1, São Paulo, Verbo, 1989; CARVALHO, M. «Vieira de Almeida e a “tranchée” de Agostinho. Sobre a História da Filosofia», *Revista Filosófica de Coimbra*, n.º 38, 2010, pp. 235-272; FERREIRA, C., «Francisco Vieira de Almeida: o grande esquecido da luta pela democracia», *Jornal Público*, caderno P2, Lisboa, 6/10/2019.

Luís Manuel A. V. Bernardo